

«É EVIDENTEMENTE MUITO EMBARAÇOSO TOMAR POSIÇÃO.»¹

PORTUGAL E A CRISE DO SUEZ DE 1956

Fernando Martins

A pesar de o Médio Oriente e de a margem sul do Mediterrâneo se encontrarem praticamente ausentes da agenda da historiografia sobre a política externa portuguesa (e em especial daquela que se ocupa do período do Estado Novo²), a verdade é que esta vasta região e os seus problemas foram sempre uma variável daquela mesma política externa e, até, uma preocupação manifestada por Oliveira Salazar e pela opinião pública portuguesa em várias ocasiões no pós-II Guerra Mundial. Por exemplo, num discurso proferido a 25 de Novembro de 1947, Salazar recordou que o Egipto e a Abissínia eram excepções num continente dominado por seis potências europeias³. Oito anos e meio mais tarde, o mesmo Salazar mostrava-se atento à evolução política na margem sul do Mediterrâneo, sublinhando aquilo que considerava ser o potencial poder desestabilizador que por toda a África negra teria o triunfo do nacionalismo «árabe» a Norte. Em plena Guerra da Argélia e em vésperas de uma intervenção militar francesa no Egipto por causa, justamente, da natureza daquele mesmo conflito⁴, o chefe do Governo português acrescentava: «E se a actual crise levanta sérias dificuldades e penosíssimos atritos, ninguém entende que não sejam transitórios: solução definitiva só pode ser a resultante da própria necessidade de conviver e de colaborar. [...] É o problema de África que em parte se joga ali.»⁵

Esta preocupação portuguesa foi pois o resultado daquilo que qualquer análise de política internacional comprova e que não passou, após o fim da II Guerra Mundial, de um reacelerar da história no Próximo e no Médio Oriente (numa espécie de regresso da velha «questão oriental»), assim como no Norte de África. Esta vasta região, que tinha em comum uma fé religiosa, um movimento nacionalista de natureza idêntica e a presença imperial europeia, recuperou um protagonismo que havia esmorecido, ao menos, desde o início da década de 1920 (com o fim da Grande Guerra e a dissolução do Império Otomano), mas que já se notara parcialmente na segunda metade do século XIX.

Terminada a II Guerra Mundial, além das ambições soviéticas exercidas sobre a Grécia, a Turquia e o Irão, registaram-se acontecimentos que alteraram o equilíbrio e a distribuição do poder na metade ocidental do continente asiático, no Sudeste europeu e no Norte de África, tendo tido todos estes eventos grandes e sérias consequências para a

Europa Ocidental e para toda a bacia do Mediterrâneo, mas em especial para o Médio Oriente. Sublinhe-se a importância da retirada britânica do Próximo e do Médio Oriente, mas ainda a independência da Índia e do Paquistão (com enormes consequências fora do espaço político e geográfico em que decorreu), a entrada norte-americana numa parte da região (a propósito, por exemplo, da sua intromissão na produção e comércio de petróleo na Arábia Saudita)⁶ e, quase simultaneamente, o novo fôlego ganho pelo nacionalismo árabe (predominantemente antibritânico e anti-israelita)⁷.

Neste contexto seria incompreensível que a opinião publicada e as autoridades portuguesas não observassem com atenção aquilo que se passava no extremo oriental das margens do mar Mediterrâneo e que, a partir daí, ameaçava alastrar a todo o Norte de África e, depois, a boa parte do mundo afro-asiático. Identificavam, acima de tudo, um nacionalismo árabe que, a par do rápido desenvolvimento do nacionalismo indiano e indonésio, afectaria o destino dos impérios coloniais europeus e, portanto, os interesses vitais da Europa e do Ocidente⁸. As consequências deste fenómeno para Portugal e para o seu vasto império colonial não eram difíceis de adivinhar. A decisão do Governo em Lisboa de manter intacto o seu Império em África, na Ásia e na Oceânia, mas também questões de natureza económica e estratégica, obrigavam a que a evolução da situação política no Médio Oriente reclamasse alguns cuidados e a tomada de algumas decisões político-diplomáticas. Se do ponto de vista português, terminada a década de 1940, nenhum interesse vital estava directamente em causa no Próximo e no Médio Oriente, ou no Norte de África, por outro lado o avanço do nacionalismo árabe e do islamismo, e a sua transformação em disputas de natureza política regional e internacional, afectavam o funcionamento do sistema internacional e, portanto, não deixariam de interferir no destino dos territórios coloniais portugueses.

Daí que a posição portuguesa em relação àquilo que se ia passando no mundo árabe e, em particular, no Médio Oriente, além das considerações genéricas produzidas por Salazar, impusesse algumas adaptações de tática política em Lisboa. Neste contexto, a acção diplomática portuguesa pretendia conquistar apoios ou, no pior dos casos, assegurar a neutralidade árabe quando internacionalmente – e sobretudo a partir de 1955 ao tornar-se Portugal membro da ONU – fosse suscitada a questão da soberania dos seus territórios coloniais. Neste capítulo, a não alienação de «árabes» e islâmicos poderia significar garantir apoios ou neutralidade – para além do exemplo paquistanês – no confronto com a União Indiana a propósito da soberania portuguesa em Goa, Diu e Damão⁹. Mas o exemplo do nacionalismo «árabe» merecia ainda uma particular atenção por duas razões essenciais. Ou porque em vários territórios coloniais portugueses existia um número significativo de populações muçulmanas; ou porque vários desses territórios faziam fronteira com outras regiões ou estados em que residiam populações e lideranças políticas maioritariamente muçulmanas¹⁰.

Por outro lado, e naquilo que diz respeito à importância estratégica do mar Mediterrâneo, do mar Vermelho e do canal de Suez, do ponto de vista português, convém recordar

que a estabilidade e a liberdade de circulação naval naquelas três áreas eram essenciais para garantir a comunicação entre as diferentes parcelas do império colonial português, facto que assumia grande relevância política, militar e económica¹¹.

Finalmente, e do ponto de vista económico, o Médio Oriente foi ganhando uma cada vez maior importância em termos internacionais e, também, em Portugal. O crescimento e desenvolvimento que a economia portuguesa conheceu a partir do início da década de 1950 (com forte crescimento urbano e industrial), a par do fim do racionamento do consumo de combustíveis fósseis no pós-guerra, fez com que disparasse não apenas o uso de energia mas, sobretudo, de combustíveis fósseis mais limpos e eficientes como o petróleo e o gás em detrimento do carvão. Mas para além do paradigma energético ter começado a mudar drasticamente no pós-guerra, Portugal teve ainda de se adaptar, como outras economias ocidentais, à alteração geográfica ocorrida no mercado internacional produtor e fornecedor de petróleo e gás. Se antes da guerra petróleo, gás e gasolinas importados provinham essencialmente de centros produtores e transformadores localizados no hemisfério ocidental, depois de 1945 não só aquele mercado foi perdendo importância, sendo substituído cada vez mais pelo do Médio Oriente, como qualquer crise no abastecimento certamente poria em causa a política de condicionamento da importação, transformação, produção e comercialização de combustíveis derivados do petróleo (iniciada em Portugal em 1936 com Pedro Teotónio Pereira e concluída em 1938 com Costa Leite [Lumbralles] à frente do Ministério do Comércio e Indústria), e que produziu alterações profundas no funcionamento e abastecimento do mercado português. Em 1939 fundou-se a SACOR e, no ano seguinte, concluiu-se a fase inicial de construção da primeira refinaria portuguesa na zona oriental de Lisboa (Cabo Ruivo). Uma estrutura industrial que era o rosto de uma política que pretendia tornar Portugal estrategicamente menos dependente do exterior e, em particular, do cartel constituído pelas grandes multinacionais petrolíferas¹². Deste ponto de vista, o que se passava no Médio Oriente era da maior importância para o Governo de Lisboa e podia ter o maior impacto na política energética, na vida económica e no equilíbrio social¹³.

Apesar de se tratar, a montante e a jusante, de uma questão complexa que toca inúmeras variáveis, este texto sobre a política externa e a diplomacia portuguesa durante a crise do Suez tem dois objectivos primordiais. Em primeiro lugar, procurará demonstrar em que medida, a partir de finais da década de 1940, e até ao desfecho da crise do Suez no início de 1957, o Norte de África e o Médio Oriente foram variáveis e preocupações importantes na política externa portuguesa. O seu segundo propósito consiste em narrar e analisar, do ponto de vista das autoridades portuguesas, o efeito produzido e a reacção registada aos acontecimentos decorridos entre Julho e Novembro de 1956.

PORTUGAL E AS CRISES ANTES DA CRISE DO SUEZ

No Verão de 1950, Paulo Cunha, ministro dos Negócios Estrangeiros, ao que tudo indica por intervenção directa de Salazar, enviou um ministro de 1.^a classe para uma nova lega-

ção no Cairo¹⁴. A António de Sèves coube a tarefa de instalar uma representação diplomática naquela caótica cidade, de clima atroz e ambiente hostil para diplomatas europeus ocidentais.

Em 1950, o Egipto era um país no qual as instituições atravessavam uma crise profunda. Essa crise era uma consequência óbvia do impacte causado pela II Guerra Mundial. Mas era, sobretudo, o resultado daquela que parecia ser uma intolerável tendência por parte dos britânicos para intervirem na vida política interna do Egipto ou para perpetuarem a sua presença militar naquele território, apesar da independência formal ter sido outorgada por Londres em 1922. Desde esse ano e, sobretudo, na sequência da celebração em 1936 de um tratado que legitimava a presença de tropas britânicas no Egipto, várias foram as intervenções do governo de Sua Majestade na vida política daquele país¹⁵, imediatamente antes e depois da II Guerra Mundial.

A partir de 1950, os britânicos deram continuidade a uma política que cerceava as aspirações nacionalistas, nomeadamente ao frustrarem a ambição que o rei Farouk sempre perseguira de juntar à coroa do reino do Egipto a do Sudão¹⁶. Em Janeiro de 1952, já com os conservadores no poder em Londres, e numa situação em que eram cada vez maiores as dificuldades britânicas para permanecerem na zona do canal, dada a escalada dos protestos nacionalistas antimonárquicos e antibritânicos, a crise egípcia atingiu proporções nunca vistas. Como resposta, tropas britânicas tentaram desarmar a polícia local dando dessa forma início a motins anticidentais no Cairo, facto que contribuiu decisivamente para o golpe militar de Julho que derrubou a monarquia e instalou no poder uma geração de militares nacionalistas para quem a ocupação britânica tinha sido uma pesada «humilhação» e, portanto, se opunha visceralmente à presença militar estrangeira, facto que qualificavam como símbolo do «imperialismo ocidental»¹⁷.

Com a queda da monarquia, os britânicos foram perdendo argumentos a favor da sua participação na vida do Egipto. Nomeadamente, deixaram de poder usar a questão da unidade entre o Egipto e o Sudão como argumento capaz de sustentar a sua presença na região. A revolução de 1952 transformou egípcios e sudaneses em aliados contra os britânicos ao terminar a reivindicação de uma soberania egípcia sobre o Sudão. Assim, em Fevereiro de 1953 celebrou-se o acordo anglo-egípcio que rapidamente resolveu a questão da autodeterminação do Sudão ao mesmo tempo que fragilizou ainda mais a posição inglesa no Egipto¹⁸. Mas apesar deste avanço ficou por resolver a questão da saída definitiva dos britânicos do Suez e, igualmente importante aos olhos dos egípcios, os mesmos britânicos continuaram a ser tidos como responsáveis pelo nascimento de um estado judaico no Médio Oriente e pelo esfacelamento político da chamada nação árabe no Médio Oriente. Finalmente, em Outubro de 1954 ficou acordada uma data para a saída das tropas britânicas da base no canal de Suez, embora as autoridades egípcias se tivessem recusado, como era desejo dos britânicos, integrar uma nova aliança político-militar regional que viria a ser conhecida por Pacto de Bagdade.

De qualquer modo, entre 1950, ano da chegada de Sèves ao Cairo, e 1952, ano do golpe militar e da revolução nacionalista que lhe esteve associada, aquele diplomata português testemunhou a degradação continuada da situação política e social que minava a legitimidade de duas das suas instituições basilares – a monarquia e o parlamento – e a decomposição efectiva das relações entre egípcios e britânicos¹⁹. Disso foi dando nota a Lisboa. No fim de Junho de 1950, acabado de chegar, resumia as principais questões da política egípcia e as crises consecutivas e cada vez mais graves que geravam. Crises que incluíam discussões no seio da Liga Árabe, a «questão dos algodões, dos fornecimentos de armas ao Exército, das nomeações de novos senadores, da atitude da Jordânia no seio da Liga Árabe e das negociações inglesas acerca do Canal do Suez, do Sudão e da permanência das tropas inglesas no Egipto». A conversa que Sèves manteve com o primeiro-ministro egípcio, El Nahas Pasha, foi elucidativa quanto ao conteúdo do programa do governo do Partido Popular Nacionalista («wafdista»). O programa incluía a retirada britânica dos pontos do Egipto que «ainda» ocupava e o «estudo» da «forma» como as «tropas inglesas» poderiam «chegar instantaneamente ao Egipto para assegurarem, com o exército egípcio, a defesa eficaz das regiões estratégicas que o Egipto» oferecia «no Próximo Oriente»²⁰.

Nesta altura era óbvio que face à evolução política em curso no Médio Oriente, e mais tarde também em todo o Norte de África, não era aconselhável a Portugal, mesmo que o desejasse, adoptar uma acção diplomática interventiva e clara. Tudo se resumia à proclamação da amizade e ao recurso a expedientes pouco expressivos, mas com algum simbolismo, como seriam a celebração de um tratado comercial (abortado) e de acordos culturais (também nunca concretizados)²¹. Quanto ao resto, e face à degradação das relações entre o Reino Unido e o Egipto, Portugal sabia apenas que se devia manter nas graças de ambos por causa da prioridade conferida à questão indiana²².

Paralelamente, Portugal e o seu representante diplomático no Cairo descortinavam cada vez mais – a par do recuo ocidental no Egipto e, portanto, também no Norte de África e no Médio Oriente – o avanço inexorável da União Soviética. Embora os revolucionários de 1952 tivessem, aos olhos de Sèves, acelerado a aproximação aos soviéticos, ela remontava aos tempos do governo nacionalista de Nahas Pasha, um homem que nunca negara ter uma certa predilecção por conseguir estabelecer um relacionamento especial com a «Rússia». Apesar de notada, essa aproximação parecia absolutamente compreensível aos olhos de Sèves. O ministro português percebeu bem e descreveu a natureza e o estado da relação entre as principais potências ocidentais e o Egipto, mas também parte do mundo árabe e das suas elites:

«É este espírito ou este sentimento [de libertação “da dependência moral de uma civilização oposta à sua, e que eles não reconhecem, nem querem reconhecer superior, para além de limitados meios puramente técnicos (...)]”, muçulmano ou islâmico, que a Rússia trabalha e utiliza, com sentido psicológico que ainda não cometeu uma falta. A tranquilidade

com que se afirma que o islamismo, o Alcorão, é, por si só, uma barreira contra o Comunismo, se não é um dos meios encontrados pela finura dos povos orientais, para procurar ganhar, por esse lado, a confiança do Ocidente, e, com ela, obter os capitais e as armas de que precisam, sem assinar tratados ou compromissos que os enquadrem na dependência do Ocidente, é simplesmente uma frase a que os próprios ulémas de Al Azhar, nas suas prédicas, tiraram todo o sentido, aconselhando e mesmo reclamando uma aliança de amizade e não agressão com a Rússia Comunista, que não é fiel nem infiel, que não tem religião, que não ocupa o Canal de Suez, que nunca as dominou, que lhes compra quanto eles vendem e as apoia na ONU.

Não foi a Rússia quem bateu o Islão, nem foi ela com os seus capitais e a sua técnica quem o sujeitou, quem educou as elites muçulmanas que, entendidas com o Ocidente, exploram as plebes e os colonos das cidades, dos campos, e dos desertos do Islão.»²³

A fase da observação e das considerações genéricas por parte da diplomacia portuguesa em relação aos desenvolvimentos políticos ocorridos no Egipto e aos problemas da região foi pela primeira vez interrompida em Outubro de 1953. Nessa altura, a Legação egípcia em Lisboa entregou duas notas nas Necessidades informando que as Forças Armadas israelitas «tinham ocupado determinadas zonas desmilitarizadas nos termos da Convenção de Armistício com os Países Árabes [...], infringindo certas decisões tomadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e cometido uma violação daquele acordo», não cumprindo o «estabelecido pela Comissão Mista de Armistício das Nações Unidas». O Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português respondeu num documento assinado por Franco Nogueira²⁴ e no qual recordava à diplomacia egípcia duas evidências, aparentemente convenientes, que limitavam uma eventual clara declaração de condenação portuguesa dos acontecimentos provocados pelos israelitas²⁵: Portugal, recordava-se, não mantinha relações diplomáticas com Israel nem era membro das Nações Unidas²⁶. Mesmo assim, e sem se comprometer, a diplomacia portuguesa adiantava que partilhava «com o Governo do Egipto a ansiedade e a preocupação que quaisquer atitudes susceptíveis de perturbar a paz e as boas relações entre os Estados causam aos Governos que se regem [...] por normas de justiça e de equidade». De igual modo, a resposta portuguesa sublinhava que as «divergências entre Nações» deviam «ser solucionadas por meios pacíficos», ao mesmo tempo que se lamentavam «todos os actos» que significassem «derrogação unilateral de acordos firmados» ou que pudessem «suscitar uma atmosfera em que a violência» tomasse «o passo à negociação livre». Como é óbvio, o Governo português prometia tudo vir a fazer para interceder a favor da paz. Mas isso, confessava, não passava de uma possibilidade remota. De qualquer modo, resolvia-se airoosamente uma situação diplomaticamente complicada, mas que o teria sido ainda mais caso Portugal fosse membro das Nações Unidas o que, de certa forma infelizmente, já sucederia em finais de 1956 quando a crise do Suez chegou àquele organismo.

PORTUGAL E A CRISE DO SUEZ

Quando, a 19 de Outubro de 1954, foi celebrado entre os governos de Londres e do Cairo um acordo que previa a evacuação das tropas britânicas do canal de Suez – evacuação que ficaria concluída a 13 de Junho de 1956 –, percebeu-se em Portugal que estava iniciada mais uma fase de recuo imperial britânico que traria consequências negativas para os interesses ocidentais e portugueses em África e no mundo²⁷. O ministro de Portugal em Ancara juntava esta peça a muitas outras que, segundo ele, e já no seguimento da retirada francesa da Indochina, tornavam inevitável a perda das colónias francesas no Norte de África, provavelmente até da própria Argélia. Mas, segundo a mesma opinião, as perdas não se resumiriam a esta larga franja norte do continente negro. Possuindo a África Setentrional «vastas elites» e os «Estados Árabes [...] focos importantes de irradiação, para o continente africano, de ideias anti-Occidente», todas «as nações europeias» tinham obrigação de estar atentas²⁸. Seria, portanto, com a certeza de que grande parte do destino da Europa Ocidental se jogava no Norte de África e no Médio Oriente que a diplomacia portuguesa, o ministro dos Negócios Estrangeiros e Oliveira Salazar avaliariam toda a evolução da crise do Suez sem que, no entanto, alguma vez lhes tenha ocorrido comprometer-se num combate que, explicitamente, e perante terceiros, nunca consideraram seu.

No início de 1956, um movimento diplomático mudou o ministro português no Cairo. Bivar Brandeiro rumou ao Egipto para substituir um diplomata que, apesar da animosidade que sustentava com Paulo Cunha em Lisboa, tinha conseguido granjear algum prestígio – para si e para Portugal – num posto difícil e que não fazia parte da tradição diplomática portuguesa²⁹. De qualquer modo, na capital portuguesa ia aumentando a percepção de que a condução da vida política no Egipto, particularmente na sua vertente externa, não decorria de forma a tranquilizar espíritos como o do próprio Oliveira Salazar. A entrevista que este manteve em Março com o ministro egípcio em Lisboa, que também estava de saída, mereceu a redacção de um «apontamento» que ficou arquivado no MNE. A conversa, que durou «meia hora», incidiu sobre as «relações de alguns países árabes com Israel e a crise do Norte de África» e deixou ao chefe do Governo com «muito má impressão». Por um lado, por causa da «irreduzibilidade com que foram apresentadas as posições dos países árabes em face de Israel³⁰, e por outro pelo calor posto na defesa da insurreição dos povos do Norte de África contra a França, na crítica da acção desta no Marrocos e na Argélia e no direito destes países à independência». Pareceu também a Salazar que a «ideia de guerra» árabe a Israel era «familiar e em certo modo querida». Apenas detinha os árabes o «receio, não afastado, da generalização do conflito». De tudo aquilo que ouvira, Salazar só podia concluir que se desenhava

«uma aspiração latente da organização de um bloco ou comunidade islâmica, desde o Médio Oriente por todo o Mediterrâneo sul até ao Atlântico, comunidade de que o Egipto pretende ser o Estado hegemónico. (Vi depois a transcrição da passagem de um livro de Nasser em que se

apresentava a mesma possibilidade). [...] A euforia, o entusiasmo, a fé na vitória com que o Ministro falava [...] despertaram em mim as ideias de que existe uma política assente e de que os resultados obtidos com a clara intervenção egípcia [...] trazem o Egipto entusiasmado, não só no plano de solidariedade mas da chefia.

Como o Sèves deve ter notado³¹, o Egipto e os outros Estados árabes *não pretendem lançar-se nos braços de Moscovo mas exploram a fundo o medo que o Ocidente tem dessa possibilidade. Para já pensam e dizem que se trata de um negócio e de mais nada [...]. Não me pareceu em todo o caso que fosse esse aspecto o essencial, mas a formação de uma consciência islâmica viva, fazendo recuar o Ocidente, para se aproximar territorialmente sem solução de continuidade. Como movimento religioso, quebrado há séculos o impulso, não é fácil que retome a marcha ofensiva. Mas a evolução dos acontecimentos põe de novo a potência islâmica em face da Europa, na África e às portas de Gibraltar.*

Será suficiente a política de fazer esses novos Estados amigos do Ocidente?»³²

Fosse como fosse, a crise do Suez, que não a situação de instabilidade quase permanente vivida no Norte de África, no Médio Oriente e no Egipto antes do seu deflagrar, deixou toda a gente razoavelmente surpreendida em Lisboa e noutras chancelarias europeias. No entanto, e para Salazar, todos os sintomas ou sinais de agitação sentidos antes da crise não faziam nada mais senão convencê-lo cada vez mais de que política e ideologicamente o mundo árabe era um bloco homogéneo que pensava e agia como tal.

No primeiro extenso relatório sobre a situação no Egipto enviado por Bivar Brandeiro para Lisboa, lá constavam a caracterização do regime de Nasser, as dificuldades económicas do país, a encruzilhada social e política em que se encontrava apesar do afastamento de Farouk, primeiro, e de Naguib, depois. Criticava-se e analisava-se o absurdo rearmamento de um Estado desprovido de recursos financeiros, e descrevia-se e analisava-se a obsessão pelo problema palestino e israelita – que Brandeiro considerava insolúvel enquanto se mantivesse a «posição» em que se encontravam os «contendores» –, a pretensão egípcia de liderar um processo de unificação da nação árabe, de libertação do continente africano e de combate ao «imperialismo» e ao «colonialismo». Mas, compreensivelmente, Brandeiro errava ao examinar a rivalidade entre Israel e o Egipto. Convicção-se de que a «guerra» era uma «solução» a «excluir», ao mesmo tempo que a «hipótese de guerra preventiva, admitida pelos extremistas judeus, está hoje posta de parte». Também se enganava ao pensar que a «Inglaterra e os Estados Unidos» tudo fariam para impedir um «grande conflito armado entre árabes e judeus», uma vez que o Médio Oriente fornecia «75% do consumo mundial de petróleo». Isto é, o ministro de Portugal no Cairo confundia os seus desejos e os de outros analistas com a realidade ao considerar em Junho de 1956 que a instabilidade do Médio Oriente, em parte provocada pelo voluntarismo de Nasser, não redundaria no desespero britânico, francês e israelita e, portanto, num conflito envolvendo as duas maiores potências regionais (Israel e Egipto) e as duas maiores potências coloniais europeias³³.

Foram a retirada militar britânica do Suez a 13 de Junho de 1956 e a recusa norte-americana em financiar a construção da barragem de Assuão que fizeram que o Egipto avançasse para a nacionalização do canal de Suez proclamada a 26 de Julho³⁴. Por outro lado, este derradeiro acontecimento e a subsequente convocatória de uma conferência a realizar em Londres, na qual se discutiria a legalidade da nacionalização e os antídotos políticos a adoptar pelos países utilizadores daquela infra-estrutura marítima para limitarem os eventuais efeitos nefastos da decisão tomada por Nasser, que obrigaram o Governo e a diplomacia portugueses a posicionarem-se face à crise³⁵.

Aceite o convite britânico para participar na I Conferência de Londres, foram enviadas a Pedro Teotónio Pereira, o embaixador na capital britânica, instruções em que se proclamavam diversas dúvidas quanto à bondade e interesse do evento, apesar de ser óbvio que para Portugal outra alternativa não havia senão nele participar, já que lhe era «indispensável assegurar livre trânsito no Suez». As dúvidas do ministro, e que não seriam exclusivamente suas, andavam à volta da tentativa de perceber quem é que iria impor, se fosse «caso disso», o «sistema internacional» que porventura resultasse da conferência. O ministro sentia-se muito preocupado com a «possibilidade» de os «Governos franco-britânico solicitarem dos países [que] tiverem concordado sistema internacionalização Suez apoio físico». Ora esse apoio «físico (ainda que com mais valor de símbolo do que pela eficiência militar) para a execução dum plano a que os egípcios pela força se opusessem», era qualquer coisa que os portugueses não podiam aceitar, mas que teriam igualmente grande dificuldade em recusar. Por outro lado, devia ficar bem vincado junto do Foreign Office que participar na conferência e defender o princípio da liberdade de navegação no canal de Suez não significava disponibilidade e concordância para impor pela força o regime de liberdade de navegação. Como se não bastasse, Paulo Cunha conjecturou ainda sobre as vantagens e a necessidade de se ser cauteloso: «É necessitamos extremo cuidado para não sermos envolvidos, sequer em princípio, [em] quaisquer compromissos dessa sorte.»³⁶

Independentemente daquilo que se discutisse em Londres e por lá se decidisse, a diplomacia portuguesa não se cansou de relatar a partir de vários postos a evolução dos acontecimentos e as posições – ou as omissões – de outros perante a evolução da crise. Se de Londres Teotónio Pereira transmitia a certa altura ecos que davam como certo o apoio dos EUA a uma política mais consentânea com as posições e os interesses dos britânicos³⁷, de Paris dizia-se exactamente o contrário³⁸. Em Espanha, por seu lado, assumia-se a crítica às posições do «Ocidente», à realização da conferência em Londres, ao mesmo tempo que se demonstrava grande compreensão para com as posições tomadas por Nasser³⁹. Da Turquia, finalmente, afirmava-se que a posição do Governo de Ancara estava cada vez mais próxima da britânica:

«Se Moscovo instalar sua dominação Médio Oriente diz-se aqui próprio Nasser terá brevemente sorte de Benes. Eis porque Turquia advoga solução de força protagonizada Ingla-

terra que por inconfessado jogo interesses desencadeou, como aprendiz feiticeiro, forças hostis do mundo árabe que terá agora enfrentar.»⁴⁰

A posição portuguesa na conferência ocorrida na capital britânica, uma posição de apoio a uma solução pacífica e negociada, foi resumida por Paulo Cunha durante a sua chegada a Lisboa em termos que confirmavam o tom cauteloso das instruções disseminadas para diversas embaixadas e legações portuguesas nas semanas anteriores. Segundo o ministro:

«Ficaram evidenciados e reconhecidos os aspectos internacionais – de maior importância – que o problema reveste e a necessidade de se encontrar com urgência uma solução estável e equilibrada que atenda a esses aspectos internacionais, assegurando em termos efectivos a liberdade de navegação e a boa manutenção e desenvolvimento do Canal e ao mesmo tempo respeite os direitos e legítimos interesses do Egipto como potência soberana.»⁴¹

Ainda assim, Paulo Cunha não enjeitou a oportunidade para se referir àquela que teria sido uma vitória portuguesa sobre a União Indiana no decurso da conferência quando a proposta de solução da crise votada por Portugal – uma proposta de internacionalização da solução da crise e do canal –, e que acabara aprovada por 18 dos países participantes, havia derrotado uma outra da responsabilidade da União Indiana⁴².

No início de Setembro, e com uma cada vez maior presença militar naval francesa e britânica no Mediterrâneo Oriental, Teotónio Pereira aconselhava Lisboa a dar ordens para que se não verificasse a travessia do canal de Suez pelo vaso de guerra Bartolomeu Dias:

«Tenho impressão que convirá não darmos aqui ideia que consideramos normal situação Canal e evitar portanto presença ali nosso navio de guerra quando circunstâncias locais tanto políticas como técnicas se afiguram tão precárias e em via agravamento.»⁴³

A contra-ofensiva diplomática egípcia de Setembro, realizada para dar resposta imediata após o fracasso da missão diplomática enviada ao Cairo por representantes dos Dezoito – a Missão Menzies, composta por cinco representantes dos subscritores do documento de Londres em finais de Agosto⁴⁴, e que tinha em vista encontrar uma nova solução internacional para a questão da travessia do canal, mereceu uma avaliação positiva de Paulo Cunha, mesmo que em circunstância alguma não pudesse ser seguida ou até apoiada. De facto, segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros, a proposta egípcia⁴⁵, «e dentro das actuais circunstâncias, que são decerto muito desfavoráveis para o Ocidente, afigura-se-nos [...] um caminho a considerar».⁴⁶

Nesta altura, porém, as potências ocidentais já haviam decidido avançar para a constituição de uma «Associação» que, reconhecida internacionalmente do ponto de vista político-jurídico, estaria a meio caminho entre a sociedade que Nasser liquidara com a naciona-

lização do canal e as intenções franco-britânicas de, por via militar, recuperarem de facto as suas posições na gestão daquela infra-estrutura. Para quem estivesse atento, e sucedeu também com a diplomacia portuguesa, o lançamento da «Associação» dos Utilizadores do Canal de Suez (SCUA)⁴⁷, com o alto patrocínio da Administração Eisenhower, era o sinal claro de que os americanos estavam dispostos a quase tudo para evitar a deflagração de um conflito militar na entrada leste do Mediterrâneo, chegando Dulles ao ponto de afirmar, diante do embaixador egípcio em Washington, que nem no caso de o Egipto «bloquear passagem navios» os EUA forçariam a «passagem»⁴⁸. Ao ministro Paulo Cunha pareceram merecer esclarecimento «certos pontos dos muitos que são obscuros na proposta inglesa». E o assunto era de tal modo delicado que ao mesmo tempo que se pedia a diversas legações portuguesas informações acerca da atitude tomada por vários países membros da associação em relação às características e objectivos da mesma⁴⁹, Paulo Cunha escrevia uma longa carta a Salazar pedindo-lhe conselho sobre a melhor posição a tomar pela diplomacia portuguesa. O busílis estava no facto de os britânicos pedirem que Portugal tomasse uma posição «pública» favorável à associação recém-criada. Este pedido feito às autoridades portuguesas era motivo para que Paulo Cunha confessasse a Salazar parecer-lhe ser «evidentemente muito embaraçoso tomar posição». Faltavam «muitos elementos indispensáveis». Como professor de Direito, Paulo Cunha via uma questão essencialmente política do ponto de vista da lei, embora essa abordagem não fosse politicamente neutra. Para o ministro, a «delicadeza» do assunto começava «na fragilidade e artifício da construção jurídica» que estava «na base da posição inglesa». E continuava:

«na falta total de indicação acerca de quais as medidas que se pensa tomar no caso – inevitável – de o Egipto não cooperar com a Associação que agora lhe metem pela boca abaixo, e mesmo acerca de quais as regras que deverão reger a Associação. Sem compromissos, que obrigações, que posição assumirão os Estados que aceitarem fazer parte da Associação?»⁵⁰

Enquanto Paulo Cunha, na citada carta, descrevia a Salazar uma certa tensão em torno da possibilidade de dois petroleiros portugueses poderem ainda cruzar o Suez e a possibilidade de a SACOR, segundo Lumbralles, poder vir a abastecer-se daquele precioso líquido na Hungria e na Roménia (a troco de cortiça), o embaixador de Portugal em Washington transmitia com certo detalhe as alternativas para abastecimento de petróleo da Europa Ocidental em caso de encerramento do canal.

«Têm sido consideradas diferentes alternativas tais como uso via Cabo Boa Esperança e compra petróleo neste hemisfério, construção pipe line através Israel, construção super tanques e até ferir economia egípcia com venda excedentes algodão americano. Este último expediente posto de parte por atingir outros países produtores. Para os Estados Unidos uso de força é excluído.»⁵¹

Para a conferência realizada em Londres no dia 19 de Setembro, na qual se reuniram os países potencialmente membros da futura «Associação de Utentes» do canal – os 18 países que haviam votado uma resolução na conferência realizada em Agosto – avançou Portugal com a noção de que os seus promotores – França, Reino Unido e EUA – reagiriam à recusa egípcia da sua criação recorrendo para o Conselho de Segurança da ONU⁵². Mas os norte-americanos tiveram o cuidado de informar as autoridades portuguesas de que «uma eventual adesão à Associação dos Utilizadores [...] “muito certamente” não traz ao Governo [...] a obrigação de usar a força, no caso do Governo egípcio não consentir a passagem de barcos no Canal sob a égide daquela Associação»⁵³. Ao mesmo tempo, o embaixador em Espanha informava que o ministro dos Assuntos Exteriores, Artajo, considerava «incompreensível» a «solução adoptada» de criar a Associação de Utilizadores e, por isso, via-a condenada ao fracasso não sendo previsível o «ingresso» espanhol⁵⁴.

No Egipto, Bivar Brandeiro foi chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para ser informado de que a participação portuguesa na conferência apazada para Londres não era vista com bons olhos. Isto pelo facto de estar prevista a constituição de uma associação que o Governo do Cairo considerava «incompatível com a sua soberania e constituindo uma violação da Convenção de 1888», pelo que se fosse aplicada poderia «levar a situações complicadas pondo em perigo a navegação do Canal e criando uma ameaça para a paz». Junto do seu interlocutor, Brandeiro só pôde reforçar a ideia expressa por Paulo Cunha na sequência da primeira conferência em Londres quando afirmou que Portugal era «partidário de uma solução pacífica que respeitasse a soberania egípcia»⁵⁵. Esta conversa no Cairo teve ao menos a vantagem de decorrer um par de dias antes da chegada do paquete *Vera Cruz* a Alexandria. O navio preparava-se para cruzar o canal conduzido por um piloto egípcio e incluído num comboio composto por inúmeros navios. Ainda em Alexandria, o *Vera Cruz* foi recebido em apoteose por jornalistas e muita gente que quisera presenciar o acontecimento. João do Amaral, que se encontrava a bordo e pertencia ao Conselho de Administração da Companhia Colonial de Navegação, proprietária do navio, prestou declarações à imprensa, enquanto os turistas portugueses se espalharam pelas imediações do porto, constatando que a vida corria normalmente e os egípcios eram gente afável que existia à margem da muito propalada «crise do Suez»⁵⁶.

A conferência que ratificou a criação da Associação de Utilizadores do Canal fez-se com a presença de Paulo Cunha. De Londres, e já depois de concluída, o ministro enviou a Marcelo Caetano, que na Presidência acompanhava a crise, um telegrama resumindo os resultados e a sua opinião sobre os mesmos. O essencial estava no facto de as conclusões terem sido mais moderadas e potencialmente contemporizadoras com o comportamento e as posições do Egipto do que à partida se esperava. Sob liderança norte-americana apresentavam-se resultados «tíbios» em relação ao «projecto inicial e a certos ostensivos movimentos de tropas». A unanimidade «dos utilizadores do Canal» fizera-se

«à custa de muitas transigências», mas conseguira ao mesmo tempo garantir «a liberdade de movimentos dos [seus] Estados membros» e afastando a possibilidade de «sérias restrições abastecimento combustíveis líquidos». Isto significava que o Governo português pretendia a todo o custo uma pacificação do canal que lhe permitisse «encerrar a continuação» da «passagem» dos «petroleiros» por aquela via. Era verdade que «outras hipóteses de abastecimento de outras fontes ou por outras vias» não podiam ser postas de parte. Mas ao menos as «providências de racionamento ou restrições de consumo» tinham perdido a «acuidade que apresentavam» antes de realizada a conferência⁵⁷. Finalmente, uma das decisões tomadas permitia aos países membros da Associação «pagarem direitos de passagem a quem entenderem. Ora uma qualquer alteração neste princípio aquando da redacção dos estatutos da Associação merecia a mais total oposição portuguesa que não desejava nem podia, por razões económico-financeiras e político-militares, hostilizar a sensibilidade egípcia. Como escrevia Paulo Cunha:

«Melindres não estão apenas para nós nas dificuldades abastecimento combustíveis líquidos mas também no tráfego civil e militar com Goa e nos problemas emergentes de ser Egipto potência por cujo intermédio estão correndo muitos nossos difíceis assuntos com União Indiana. Tudo isto impõe maior prudência: e se Conferência Londres se tivesse inclinado para deverem membros SCUA abster-se pagar Egipto isso teria determinado diversa atitude nossa parte e necessidade mais aprofundados esclarecimentos.»⁵⁸

Entretanto, e aos olhos da diplomacia francesa, que disso não fazia segredo, não só a posição norte-americana parecia «incoerente» no caso do Suez, como a guerra se apresentava «como inevitável se não agora em dia não afastado»⁵⁹. Era óbvio que membros da mesma aliança político-militar (a NATO) tinham na mira horizontes muito diferentes. A etapa seguinte da crise, após a terceira reunião da Associação que serviu fundamentalmente para a pôr em «marcha» e prepará-la para aprovação em reunião do Conselho de Segurança da ONU, foi precisamente a reunião deste último órgão⁶⁰. O problema da sua aprovação foi colocado e rapidamente vetado pela União Soviética. Apesar de Portugal não ser membro do Conselho de Segurança, o delegado português na ONU recebeu instruções claras quanto à posição portuguesa face à crise e, sobretudo, àquela que devia ser a sua atitude: «mais a de ouvinte do que a de participante activo e se chamado a pronunciar-se» em concreto sobre algum ponto mais delicado, bom seria que alegasse «falta de instruções»⁶¹.

Derrotadas as pretensões franco-britânicas na ONU, avançaram Paris e Londres definitivamente para um entendimento com Israel cujo resultado foi o ataque das forças deste país ao Egipto e a imediata resposta militar de franceses e britânicos àquele acto de guerra que ameaçava pôr em causa a segurança do canal de Suez e a liberdade de navegação entre o mar Mediterrâneo e o mar Vermelho. Tanto o ataque israelita como a interposição franco-britânica foram um êxito militar. Mas que se tratou de um tre-

mendo fracasso político para aquela troika, isso ninguém nunca discutiu. Estados Unidos e União Soviética condenaram o ataque – ao ponto de Moscovo ter ameaçado lançar um ataque nuclear sobre o Reino Unido e a França caso a agressão não parasse –, a opinião pública britânica dividiu-se, primeiro, e logo se lançou contra o governo conservador liderado por Eden. O Conselho de Segurança da ONU reuniu-se e, apesar de franceses e britânicos serem membros daquele órgão, foi clara a condenação do ataque. O caso foi depois levado à Assembleia Geral e, mais uma vez, a condenação foi praticamente unânime⁶².

No início dos acontecimentos militares no Suez, o embaixador português em Londres ainda quis ver algum sinal positivo. O acto parecia corajoso e bem capaz de restaurar o orgulho e o poderio da Europa Ocidental no Médio Oriente e no mundo. Mas não tardou muito em reconhecer os estragos provocados no Reino Unido pela condenação esmagadora verificada na Assembleia Geral da ONU. Por outro lado, que sinal maior havia de fraqueza, além da condenação generalizada, do que a aceitação franco-britânica de uma substituição da sua presença no terreno por uma força internacional arregimentada pela ONU?⁶³ No entanto, o êxito militar que foi o lançamento de pára-quedistas em Port Said e Port Fuad a 5 de Novembro, e o desembarque de franceses e britânicos em Port Said a 6 (justamente no dia em que Eden e Mollet aceitam o cessar-fogo votado na ONU), fez que Pedro Teotónio Pereira recuperasse algum ânimo que, de qualquer modo, não contagiou o MNE⁶⁴. Aliás, Marcelo Mathias, mais frio e mais bem informado, não tinha grandes dúvidas quanto à dimensão do descalabro, apesar de britânicos e franceses proclamarem que paravam as operações militares por terem já conseguido atingir os seus objectivos. Por outro lado, percebia que a posição britânica no Médio Oriente era cada vez mais precária, bastando para isso observar atentamente as crescentes dificuldades sentidas no Iraque – o seu grande aliado na região. Como se não bastasse, a posição e o prestígio da União Soviética na região pareciam reforçados, tanto através do Egipto como da Síria⁶⁵. Da dimensão dos fracassos franco-britânicos e da expressão dos êxitos soviético e árabe dava conta de modo sistemático Paulo Cunha ao representante português na ONU⁶⁶. Isto num ano em que, pela primeira vez, Portugal participava como país membro na reunião anual da Assembleia Geral e em que a questão colonial portuguesa seria, também pela primeira vez, trazida à discussão.

DEPOIS DA CRISE DO SUEZ

A crise do Suez provocou em Portugal um enorme mal-estar junto das elites dirigentes, que nela viram uma derrocada europeia com resultados imprevisíveis ao nível político, militar e económico⁶⁷. No início de Dezembro, a escassez de petróleo e dos seus derivados acabou por impor também em Portugal um aumento do preço dos combustíveis e um racionamento moderado na sua comercialização⁶⁸. Em 1957 ainda se falava abertamente destas subidas na imprensa e, inclusive, nos debates da Assembleia Nacional. Por lá era denunciada a subida de 30 a 40 por cento no preço dos combustíveis, o encareci-

mento dos fretes de mercadorias em navios estrangeiros ao mesmo tempo que as empresas de navegação portuguesas se viam obrigadas administrativamente a congelar ou até a diminuir o preço dos seus fretes⁶⁹. Constatava-se ainda a escassez de navios mercantes portugueses e estrangeiros a operar no mercado internacional e as implicações que tal realidade tinha para uma economia muito pequena, dependente e aberta ao exterior. Daí que não se fizessem também esperar manifestações de algum nacionalismo económico. Por outro lado, Portugal e parte das suas elites eram sensibilizados para os efeitos nem sempre positivos que representava o peso crescente do petróleo na produção de energia e seu consumo em Portugal. Finalmente, a interrupção da navegação no canal de Suez, provocada pelos egípcios a 4 de Novembro, permitiu que se generalizasse, a par da percepção das fragilidades do Ocidente, a noção da importância estratégica e de segurança dos territórios coloniais portugueses em África, e até do próprio arquipélago da Madeira⁷⁰ – justificando-se assim na Assembleia Nacional o investimento em infra-estruturas portuárias para acolhimento de grandes navios em rota do Índico para a Europa e o Mediterrâneo –, assim como da velha e tradicional Rota do Cabo.

O resto do mês de Novembro e todo o mês de Dezembro ocupou-os a diplomacia portuguesa nos EUA, em França e no Reino Unido a dar conta das sucessivas humilhações por que passavam as duas maiores potências coloniais europeias. O relato de um debate na Câmara dos Comuns enviado para o MNE pelo embaixador em Londres foi disso um dos mais notáveis exemplos, ao ponto de Teotónio Pereira o classificar de «verdadeiramente trágico e ao mesmo tempo grotesco». Tudo lhe parecia tão negro que duvidava poderem vir os conservadores a ser capazes de se manterem no poder por muito mais tempo⁷¹. Nas vésperas de Natal quase tudo estava terminado. Retiravam-se as últimas tropas francesas e britânicas de Port Said e avançava a desobstrução do canal que se concluiria apenas em Março. Para além do mais, a guerra deixara o Médio Oriente com mais problemas políticos, quer do ponto de vista da sua gestão interna quer da inevitável interferência externa⁷². Salazar, por seu lado, foi aqui e ali recriminando franceses, britânicos e norte-americanos pelos erros que teriam cometido. Criticava, sobretudo, o calendário errado, ou seja, o uso da força demasiado tarde e, também, a ingenuidade de terem franceses e britânicos acreditado num apoio de Washington que nunca poderia ter-se manifestado. Por isso escreveu a Marcelo Mathias dizendo que «a crise do Suez» era «o caso mais gritante da incapacidade ocidental de conduzir os negócios do mundo que tenho presenciado. Uma vergonha e um desastre»⁷³. Já a um representante diplomático britânico em Lisboa, ainda no auge da crise, não calou a sua desilusão pela forma descuidada como o assunto do Suez fora tratado desde o início. Criticava tanto o facto de Londres e Paris não terem deixado Israel fazer o trabalho por eles derrotando os egípcios, ou, reportando-se a factos anteriores, que o Governo inglês tivesse admitido a legalidade da nacionalização do canal de Suez⁷⁴.

Mais de dez anos volvidos sobre a crise do Suez, e escassos meses depois de passada a Guerra dos Seis Dias (5 a 10 de Junho), Salazar olhava para o Mediterrâneo e as suas mar-

gens arabizadas com a mesma ou até com maior preocupação do que aquela que manifestara em 1956.

«Sob o aspecto europeu, o mais grave da política norte-africana seguida está em que o Mediterrâneo é demasiado estreito para se desenvolverem nas duas margens povos hostis. De modo que, se a evolução dos países do Norte de África se verificar, como quase sem excepção até ao presente se tem verificado, em posições de inimizade em relação à Europa, e de íntimas ligações com o Leste, essa evolução descuidadamente abandonada diminuirá a força de resistência europeia em toda a fronteira mediterrânea, e de maneira que poderemos considerar perigosa para a sua segurança. Sabemos que pelos insistentes esforços da Antiga Roma, foi destruída Cartago, e que a avassaladora onda árabe por ali passou há muitos séculos já, em direcção à Península Hispânica. Mas a geografia não se alterou no decurso dos tempos e é das posições geográficas que se parte para a conquista ou é nelas que simplesmente se assegura a defesa. A verdade é que em tempos bem recentes o Mediterrâneo, mar pacífico e puramente europeu, perdeu esse carácter, e potências que não são afins desse mar começam ali a instalar-se em força. E essa será uma nova fonte de preocupações ou perigos, sem que os apoios financeiros do Ocidente e as repetidas declarações de amizade e de boa vizinhança consigam alterar a situação.»⁷⁵

Era uma leitura carregada de ideologia e muito dominada por um esforço difícil de sustentar que era o da manutenção da soberania portuguesa no continente africano. Mas era igualmente uma leitura que reconhecia a importância estratégica do Mediterrâneo para a segurança europeia ocidental assim como os sucessivos fracassos que vinham acompanhando as tentativas europeias ocidentais de apaziguarem os vizinhos da margem sul do Mediterrâneo, do Cairo ao Marrocos. Um fracasso que remontava à progressiva e inexorável retirada europeia da região e que se prolongaria por décadas com reflexos na sua estabilidade e segurança (Portugal incluído).

Desfeita a crise, França e Reino Unido seguiram destinos em grande medida diferentes, sendo que tanto Paris como Londres rápida e facilmente se reconciliaram com Washington. Portugal, como notava um diplomata norte-americano em Lisboa, também fez o seu caminho. Céptico em relação aos projectos europeus britânico e, sobretudo, francês, crendo que o destino do País estava na opção ultramarina, Salazar apertou os laços com o Brasil e com a América espanhola – neste caso através de uma ténue e não muito bem sucedida reaproximação a Madrid. Já membro da ONU, Portugal procurou encontrar no mundo hispânico e numa comunidade lusófona que incluiria necessariamente o Brasil, um apoio, ou até a alternativa, que lhe permitisse enfrentar com êxito os tormentos que previa vir a sofrer por causa da questão colonial. Acreditava, embora pouco, que ao menos no mundo hispano-americano poderia uma comunhão de valores políticos e civilizacionais que seriam muito úteis no futuro⁷⁶. Nem foi preciso esperar por 1961 para perceber que não seria assim. **RJ**

- 1 Carta de Paulo Cunha a Oliveira Salazar, Lisboa, 13 de Setembro de 1956. AOS/CO/NE - 23, pasta 1, fts. 2-13.
- 2 Veja-se, como excepção parcial, FRANCO, Manuela - «O melindre do problema sionista. Relações Portugal-Israel, 1947-1977». In *Relações Internacionais*, n.º 11, Setembro de 2006, pp. 61-77.
- 3 SALAZAR, Oliveira - «Miséria e medo: características do momento actual». In *Discursos e Notas Políticas, IV, 1943-1950*. S. e. Coimbra: Coimbra Editora, 1951, pp. 293-294. Salazar não se esqueceu de citar a África do Sul e o seu estatuto de estado-membro da Commonwealth.
- 4 Num discurso pronunciado a 1 de Novembro de 1957, «ao microfone da Emissora Nacional», Salazar voltou, mais nas palavras do que no espírito, a antecipar-se a Harold Macmillan e ao seu discurso sobre os «ventos de mudança» que profetizou na Cidade do Cabo em Fevereiro de 1960, ao afirmar que «Um dos ventos que predominantemente sopra no mundo é o do anticolonialismo» [SALAZAR, Oliveira - «A atmosfera mundial e os problemas nacionais». In *Discursos e Notas Políticas, V, 1951-1958*, p. 424. Sobre as razões e o impacto do discurso proferido pelo primeiro-ministro britânico, cf. LAMB, Richard - *The Macmillan Years, 1957-1963. The Emerging Truth*. S. e. Londres: John Murray, 1995, pp. 246-247.
- 5 SALAZAR, Oliveira - «Apontamento sobre a situação internacional (IV Congresso da União Nacional, 30-05-1956)». In *Discursos e Notas Políticas V, 1951-1958*, pp. 371-372. Marcelo Mathias, embaixador de Portugal em Paris, logo reagiu muito favoravelmente a esta passagem do discurso de Salazar: «O discurso é excelente, de actualidade, concisão e sentido do real; [...] é a primeira vez que vejo exposto tal ponto de vista: o de que a independência das nações do Norte de África não constitui um problema sério para a Europa senão na medida em que ela impõe como uma necessidade vital a cooperação euro-africana. [...] A razão por que a frase [de Salazar] acima transcrita [no *Figaro*] suscitou o meu particular interesse é porque o problema aqui, e em toda a parte, está mal posto. Aqui defende-se a tese de que a perda, ou saída da França da Argélia, é o fim dessa mesma França e a subsequente perda do continente africano a breve ou *longue échéance* para a Europa. Isto do ponto de vista do patriotismo francês. [...] Ora há uma linha subtil de *partage* que V. Ex.ª enuncia; creio, porém, que nas suas consequências leva à conclusão de que é preferível para a França negociar na própria Argélia, desde que haja, como em Marrocos ou na Tunísia, a possibilidade de salvaguardar a cooperação euro-africana". Isto parece-me mais realista e político que a desagregação preconizada pelas esquerdas ou o combate à *outrance* praticado pelas direitas. Mas o assunto é complexo e não é em três linhas de uma carta que posso desenvolver o meu pensamento [...]» (carta de Marcelo Mathias a Oliveira Salazar, 31 de Maio de 1956, in PINTO, Maria José Vaz [ed.] - *Correspondência Marcelo Mathias/Salazar 1947/1968*. Lisboa: Difel, 1984, p. 346.
- 6 YERGIN, Daniel - *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money, and Power*. S. e. Nova York, Londres, Toronto e Sydney: Free Press, 2003, pp. 396-399 e *passim*.
- 7 A bibliografia sobre estes temas atinge proporções que nenhum historiador é capaz de abarcar. No entanto, e sobre a retirada imperial britânica nos dez anos posteriores ao fim da II Guerra Mundial, destacaria HOLLAND, R. F. - *The Pursuit of Greatness. Britain and the World Role, 1900-1970*. S. e. S. L.: Fontana Press/Harper Collins Publishers, 1991, pp. 199-278; DARWIN, John - *Britain and Decolonisation. The Retreat from Empire in the post-War World*, S. e. S. L.: Macmillan, 1988, pp. 69-235; REYNOLDS, David - *Britannia Overruled. British Policy and World Power in the Twentieth Century*. 1.ª edição. Londres e Nova York: Longman, 1991, pp. 173-226; BUTLER, L. J. - *Britain and Empire: Adjusting to a Post-Imperial World*. S. e. Londres e Nova York: I. B. Tauris Publishers, 2002 pp. 63-134. Sobre o nacionalismo árabe da II Guerra Mundial à crise de 1958, cf. DAWISHA, Adeed - *Arab Nationalism in the Nineteenth Century: From Triumph to Despair*. S. e. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2003, pp. 107-213. Sobre a natureza, o significado e os objectivos da política norte-americana no Médio Oriente da II Guerra Mundial à crise do Suez, cf. HAHN, Peter L. - *Caught in The Middle East: U. S. Policy Toward the Arab-Israeli Conflict, 1945-1961*. S. e. Chapel Hill e Londres: The University of North Carolina Press, 2004, pp. 9-209; e YAQUB, Salim - *Containing Arab Nationalism: The Eisenhower Doctrine and the Middle East*. S. e. Chapel Hill e Londres: The University of North Carolina Press, 2004, pp. 23-85.
- 8 Sobre o esforço despendido por sucessivos governos britânicos para minimizarem os efeitos da retirada do Reino Unido do continente asiático imediatamente após a II Guerra Mundial (1946-1955), cf. LOUIS, Wm. Roger - «The dissolution of the British Empire», in BROWN, Judith M., e LOUIS, Wm. Roger [eds.] - *The Twentieth Century*, vol. IV, *The Oxford History of the British Empire*, ed. Wm. Roger Louis. 1.ª edição. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press, 1999, pp. 329-343.
- 9 Em 1954, o MNE português preocupava-se com a aproximação da União Indiana ao Egipto e ao mundo árabe, apesar da forte animosidade existente entre indianos e paquistaneses. No momento da sua partida para Londres, onde iria ser colocado, o ainda embaixador no Cairo, Pannikar, afirmou que devia existir entre o Egipto e a União Indiana uma «identidade de pontos de vista quanto à libertação dos povos», ao mesmo tempo que «aludiu ao estreitamento de relações de amizade entre os continentes africano e asiático» e sublinhou a «necessidade de se trabalhar no sentido de ser conseguida a libertação dos povos coloniais e à posição de independência da Índia entre os blocos de Oeste e de Leste como oposição ao de Oeste na questão da China e nas questões coloniais». De tudo isto dava conta o director-geral dos Negócios Políticos, Manuel Rocheta, à Legação de Portugal em Nova
- Deli - «Do MNE para a Legação de Portugal em Nova Deli», aerograma n.º 17, 17 de Fevereiro de 1954, Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), 2.º piso, armário 1, maço 477. Veja-se ainda, em 1954, a descrição da acção do embaixador indiano no Cairo quando em périplo pelo Médio Oriente com o intuito de «formar nos Países Árabes um núcleo acção internacional contra Goa» [«Da Legação de Portugal no Cairo para o MNE», telegrama n.º 121, 14 de Setembro de 1954. Loc. cit.].
- 10 Sobre a importância do mundo «árabe» e da realidade «islâmica» no Portugal imperial, vejam-se algumas análises produzidas em meio académico entre finais da década de 1950 e início da de 1960: MARTINEZ, José Fernando Trindade - *O Mundo Árabe e as suas Relações Económicas com Portugal*, vol. I. S. e. S. L.: Ministério do Ultramar, col. «Estudos de Ciências Políticas e Sociais», 1958, *passim*; CARREIRA, António - «Aspectos históricos da evolução do islamismo na Guiné Portuguesa (lchegas para o seu estudo)». In *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, n.º 84, ano XXI, 1966, pp. 405-455; GONÇALVES, José Júlio - *O Mundo Árabo-Islâmico e o Ultramar Português*. S. e. S. L.: Junta de Investigação do Ultramar, col. «Estudos de Ciências Políticas e Sociais», n.º 10», 1958, *passim*; IDEM - *O Islamismo na Guiné Portuguesa (Ensaio Sociomissionológico)*. Lisboa, 1961, *passim*; e REGO, Padre Silva - *Curso de Missionologia*. S. e. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956, *passim*.
- 11 Por outro lado, convém recordar que a instabilidade naquelas três zonas e o encerramento do canal de Suez, que várias vezes ocorreu entre 1956 e 1974, valorizaram a importância da segurança das rotas entre o oceano Índico e o oceano Atlântico ao largo do cabo da Boa Esperança. Esta espécie de fatalidade aparecia, e não apenas aos olhos dos líderes políticos do Estado Novo, como argumento extra para a justificação da legitimidade da continuação da soberania portuguesa em África.
- 12 Sobre a génese e a aplicação de uma nova política energética no sector petrolífero em finais da década de 1930, cf. MARTINS, Fernando Manuel Santos - «Pedro Theotónio Pereira: uma biografia (1902-1972)». Tese de doutoramento em História. Universidade de Évora, 2004, pp. 470-480. Sobre a questão energética no Portugal do Estado Novo, cf. MIRANDA, Pedro Pires - «Petróleos». In *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, *Suplemento P/Z*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. S. e. Porto: Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 78-80; SILVA, Nuno Ribeiro da - «Gás». In *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, *Suplemento F/O*, pp. 89-91; IDEM - «Energia, política de». In *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, *Suplemento A/E*, pp. 622-628.
- 13 No rescaldo da I Conferência de Londres, O Século de 25 de Agosto de 1956 publicava na primeira página um mapa ilustrando «o petróleo do Médio Oriente» seguido do comentário: «O Canal é a via de

trânsito para o petróleo que, extraído nos países do Médio Oriente, alimenta a economia da Europa Ocidental e especialmente a da Grã-Bretanha. Este mapa permite avaliar a importância desses fornecimentos e o valor da contribuição que eles representam para a economia ocidental. Se o seu fornecimento fosse paralisado [...] as consequências desse facto seriam incalculáveis e de uma gravidade que certamente está a ser considerada pelos dirigentes do Ocidente [...].» Em Setembro, noticiava-se a existência, «em Inglaterra», de «um vasto plano para permitir a dispensa do Canal do Suez no transporte de petróleo [...]» [O Século, 19 de Setembro de 1956, p. 1].

14 Anteriormente existia apenas uma Encarregatura de Negócios em Alexandria ocupada interinamente pelo cônsul de Portugal naquela cidade.

15 A independência deu-se na sequência dos estragos provocados pela revolta nacionalista ocorrida em 1919. Com a independência, o Egipto transformou-se numa monarquia constitucional, mas os britânicos mantiveram a sua presença militar, o controlo da política externa egípcia e uma influência considerável sobre as questões de política interna. Na sequência do tratado celebrado em 1936, as tropas britânicas limitaram a sua presença no Egipto à zona do canal de Suez. Cf. HOLLAND, R. F. – *European Decolonization 1918-1981: An Introductory survey*. S. e. S. L.: Macmillan, s. d. (1985), pp. 17-18.

16 Terminada a guerra, a renegociação do Tratado Anglo-Egípcio de 1936 fracassou pelo facto de os britânicos insistirem na preservação do estatuto internacional do Sudão como «condomínio» anglo-egípcio. Na prática isso significava que os britânicos continuavam a governar o Egipto ao mesmo tempo que fomentavam a emergência e consolidação de um nacionalismo sudanês anti-egípcio que mantinha dividido o vale do Nilo. Quebrada a negociação, e apesar de o Egipto ter suscitado na ONU o problema da renegociação do tratado, o mesmo não foi resolvido. Em 1950 manteve-se o impasse nas negociações, apesar da tentativa de mediação norte-americana. Em Outubro de 1951, o Egipto denunciou unilateralmente o tratado. Cf. WILSON, Henry S. – *African Decolonization*. S. e. Londres: Edward Arnold, 1994, p. 130. Ver ainda BUTLER, L. J. – *Britain and Empire: Adjusting to a Post-Imperial World*, pp. 77 e 111.

17 BUTLER, L. J. – *Britain and Empire: Adjusting to a Post-Imperial World*, p. 111.

18 A independência deste território foi proclamada e internacionalmente reconhecida no dia 1 de Janeiro de 1956. Sobre a complexa e contraditória questão sudanesa, o seu peso nas relações anglo-egípcias na década de 1950 e o seu impacto no processo descolonizador dos territórios britânicos na África britânica, veja-se ainda DALY, M. W. – «The transfer of power in the Sudan», in GIFFORD, Prosser e LOUIS, Wm. Roger [eds.] – *Decolonization and African Independence. The Transfers of Power, 1960-1980*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1988, pp. 185-197; WILSON, Henry S. – *African Decolonization*. S. e. Londres: Edward

Arnold, 1994 pp. 129-131; DARWIN John – *Britain and Decolonisation. The Retreat from Empire in the post-War World*, pp. 208-209; LOUIS, Wm. Roger – «The dissolution of the British Empire», pp. 340-341.

19 António Sêves e Sir Ralph Steveson – novo embaixador do Reino Unido, coincidiram na chegada ao Egipto. Foram recebidos pelo rei Farouk em entrevistas sucessivas. «O Rei foi excepcionalmente gentil para Portugal, para o Governo Português e para com o seu Representante. Teve palavras de grande apreço para Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho e para o nome internacional de Vossa Excelência e lamentou a falta de seguimento que encontram todos os desejos que havia manifestado [...] quanto ao estreitamento das relações entre Portugal e o Egipto» [«Do ministro de Portugal no Egipto para o ministro dos Negócios Estrangeiros», ofício n.º 3, Alexandria, 23 de Junho de 1950, AOS/CO/NE – 46, pasta 54, fl. 645].

20 Resumindo, para as autoridades egípcias era essencial que «o Egipto pudesse aparecer como nação independente de onde as tropas de ocupação inglesa haviam retirado» [ofício n.º 4, 27 de Junho de 1950, Loc. cit., fl. 649-650]. O novo embaixador britânico no Cairo chegou ao Egipto convencido de que o deflagrar da guerra na Península da Coreia poderia amaciar as posições egípcias nas negociações para a retirada das tropas britânicas. Enganou-se redondamente. Mas a retórica anticomunista não comovia ninguém no Cairo. Vejam-se os ofícios n.ºs 4 e 5, de 27 e 30 de Junho de 1950. Loc. cit., fls. 652 e 655.

21 A questão da expansão da língua portuguesa e da cultura lusófona no Egipto e no mundo árabe foi uma preocupação do ministro português no Cairo. Cf. «Do ministro de Portugal no Egipto para o ministro dos Negócios Estrangeiros», ofício n.º 2, Cairo, 9 de Agosto de 1950, AOS/CO/NE – 20, fls. 17-28.

22 Ainda assim, coube ao Egipto representar, através da sua Legação em Lisboa, os interesses da União Indiana em Portugal, enquanto que o Brasil representaria os interesses portugueses na União Indiana.

23 «Do ministro de Portugal no Egipto para o ministro dos Negócios Estrangeiros», ofício n.º 42, Cairo, 8 de Setembro de 1952, AOS/CO/NE – 18, pasta 16, fls. 304-305 (sublinhado no original).

24 Na altura era chefe da Repartição de Negócios Políticos.

25 Na verdade estas iniciativas militares israelitas desenvolvidas ao longo do ano de 1953 em países com fronteira com Israel eram uma resposta às permanentes infiltrações árabes em território israelita desde que a primeira guerra israelo-árabe terminara. Sobre a natureza e os objectivos das «infiltrações» e a base e o propósito político da resposta militar israelita, cf. SHLAIM, Avi – *The Iron Wall. Israel and The Arab World*, Londres: Penguin, 2001, pp. 81-94.

26 Na parte final da nota, Franco Nogueira escrevia não sem uma ponta de ironia: «[...] o Governo português estimaria poder dizer

uma palavra de apaziguamento e prudência ao Governo de Israel. Todavia, como é do conhecimento do Governo do Egipto, Portugal não tem com aquele Governo quaisquer contactos diplomáticos ou outros. Por outro lado, não pertencendo às Nações Unidas, encontra-se Portugal inibido de no mesmo sentido exercer uma acção directa naquele alto organismo internacional» [«Nota n.º 4», Proc. 333,03. 28 de Outubro de 1953, AHDMNE. PEA, 2.º piso, maço 162].

27 Ainda durante as negociações, Pedro Teotónio Pereira, embaixador de Portugal em Londres, remeteu ao MNE um ofício no qual relatava detalhadamente a divisão existente na opinião pública e nos dois principais partidos políticos britânicos sobre aquele que devia ser o rumo e o resultado das negociações [«Da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE», ofício n.º 431, 25 de Março de 1954, AHDMNE, 2.º piso, armário 1, maço 477].

28 «Da Legação de Portugal em Ancara para o MNE», ofício n.º 191, 22 de Novembro de 1954, AHDMNE, 2.º piso, armário 1, maço 477.

29 O *Le Journal d'Égypte* publicou uma extensa coluna dedicada à partida de António Sêves. Aí eram dirigidos os mais rasgados elogios como diplomata, homem de cultura e de ciência. «[le ministre] en demeure le technicien averti, d'une expérience irremplaçable pour son gouvernement et qui loin du Caire, pourra toujours donner le conseil désintéressé qui sauvegardera et développera la solidarité affectueuse à laquelle le président Salazar et le président Abdel Nasser tiennent avec conviction et chaleur» [Le *Journal d'Égypte*, 12 de Março de 1956, AHDMNE. PEA, 2.º piso, maço 162].

30 «[...] um abcesso maligno, uma *cunha inimiga* no flanco do corpo árabe [...]» [«Apontamento de conversa entre o presidente do Conselho e o ministro de Portugal no Egipto», 21 de Março de 1956, AHDMNE. PAA, maço 8, sublinhados no original].

31 Referência ao telegrama enviado pelo ministro de Portugal no Cairo para o MNE (telegrama n.º 23 de 6 de Março de 1956) no qual resumia a conversa de despedida que mantivera com o «Chefe do Governo» egípcio e da qual concluiu que a atracção pela URSS se devia a um simples desejo de contrabalançar o apoio norte-americano e francês a Israel [AHDMNE. PEA, 2.º piso, maço 162].

32 «Apontamento de conversa entre o Presidente do Conselho e o ministro de Portugal no Egipto», 21 de Março de 1956, AHDMNE. PAA, maço 8, sublinhados no original.

33 «Da Legação de Portugal no Cairo para o MNE», ofício n.º 52, 15 de Junho de 1956, AHDMNE, 2.º piso, armário 1, maço 477.

34 Não vale a pena discutir e identificar aqui as causas da crise do Suez, já que esse não é o propósito deste trabalho. Amin Heweddy, num estudo sobre Nasser, o Egipto e a crise do Suez, afirmou que a «nacionalização» da Companhia do Canal de Suez,

embora importante, não foi «causa directa da tripla agressão.» Do ponto de vista daquele historiador, a «principal causa da crise» foi o acordo checo-egípcio de 1955 para a venda de armas ao regime de Nasser. Cf. HEWEDY, Amin – «Nasser and the crisis of 1956», in LOUIS, Wm. Roger, e OWEN, Roger (eds.) – *Suez 1956. The Crisis and its Consequences*. Oxford: Clarendon Press, 1989, pp. 161-162. De qualquer modo, e ao menos do ponto de vista português, foi a nacionalização que provocou o desencadear de um conjunto de acontecimentos que levaram a uma guerra que mesmo depois de Julho de 1956 podia não ter acontecido. O discurso de Nasser e as circunstâncias em que foi proferido encontra-se em KYLE, Keith – *Suez: Britain's End of Empire in the Middle East*. S. e. Londres e Nova York: I. B. Tauris, 2003, pp. 130-134. Para Keith Kyle, uma vez proclamada a nacionalização do canal o «conflito do Suez tinha começado».

35 Conhecida como I Conferência de Londres, foi uma solução advogada por John Foster Dulles para tentar evitar o uso da violência por parte de britânicos e franceses contra o Egito no canal de Suez. Foram convidados 24 países (22 estiveram presentes). Dulles queria negociar e, com alguns cúmplices, tecer uma teia que imobilizasse franceses e britânicos. Não foi feliz. Sobre a I Conferência de Londres cf. KYLE, Keith – *Suez: Britain's End of Empire in the Middle East*, pp. 180-188.

36 «Do MNE para Embaixada de Portugal em Londres», telegrama n.º 201, 7 de Agosto de 1956, AHDMNE. PAA, maço 62.

37 «Muito provável Estados Unidos se vejam forçados intervir mais abertamente ou tentar qualquer esforço imediato mediação no conflito» [«Da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE», telegrama n.º 262, 10 de Agosto de 1956, Loc. cit.].

38 De Paris, o substituto de Marcelo Mathias afirmava premonitoriamente o seguinte: «Presume-se Nasser invocará competência ONU para tratar assunto em vez conferência cuja legitimidade se disporá a contestar. No que respeita a preparativos militares deste país regista-se presença em Londres oficiais Estado Maior francês e conferência Almirantes franceses em Toulon onde esquadra está pronta a partir. [...] Reconhece-se geralmente que perigos são reais e que aparente indecisão americana obscurece situação» [«Da Embaixada de Portugal em Paris para o MNE», telegrama n.º 181, 7 de Agosto de 1956, Loc. cit.].

39 «Da Embaixada de Portugal em S. Sebastián para o MNE», telegrama n.º SS-6, 10 de Agosto de 1956, Loc. cit.

40 «Da Legação de Portugal em Ancara para o MNE», telegrama n.º 69, 13 de Agosto de 1956, Loc. cit.

41 *O Século*, 25 de Agosto de 2006, p. 5.

42 *Ibidem*.

43 «Da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE», telegrama n.º 260, 4 de Setembro de 1956, AHDMNE. PAA, maço 62.

44 A narrativa das três conferências de Londres realizadas em Agosto e Setembro, assim como da Missão Menzies, encontra-se em KYLE, Keith – *Suez: Britain's End of Empire in the Middle East*, pp. 162-163, 192-198, 252-262 e 273.

45 A proposta egípcia era resumida por Paulo Cunha nos seguintes termos: «abertura imediata de discussões com vista à formação de um "negotiating body", representativo das diversas orientações manifestadas pelos Estados utentes Canal Suez. Essas discussões procurariam definir composição, lugar e data reunião daquele organismo ao qual incumbiria encontrar soluções para questões relativas a liberdade e segurança navegação Canal, desenvolvimento futuro deste e estabelecimento de tarifas e encargos justos e equitativos. Ser-lhe-ia confiada também revisão convenção Constantinopla de 1888» [«Do MNE para a Embaixada de Portugal em Londres», telegrama n.º 240, 11 de Setembro de 1956, AHDMNE, 2.º piso, armário 1, maço 478].

46 *Ibidem*.

47 Em linhas gerais esta associação pretendia «garantir aos utilizadores do Canal Suez pleno exercício seus direitos decorrentes Convenção Constantinopla 1888; contratar pilotos; coordenar tráfego e receber taxas Canal». Caso o Governo egípcio intervesse na actividade do novo «organismo» então seria considerado que teria violado a Convenção de 1888 [«Do MNE para a Legação de Portugal no Cairo», telegrama n.º 38, 13 de Setembro de 1956, Loc. cit.].

48 «Da Embaixada de Portugal em Washington para o MNE», telegrama n.º 163, 13 de Setembro de 1956, Loc. cit.

49 «Do MNE para a Embaixada de Portugal em Paris», telegrama n.º 172, 13 de Setembro de 1956, Loc. cit.

50 Carta de Paulo Cunha a Oliveira Salazar, Lisboa, 13 de Setembro de 1956, AOS/CO/NE – 23, pasta 1, fs. 2-13. Documento reproduzido na íntegra em anexo.

51 «Da Embaixada de Portugal em Washington para MNE», telegrama n.º 162, 13 de Setembro de 1956, AHDMNE, 2.º piso, armário 1, maço 478.

52 «Apontamento de Conversa com Brevís (funcionário da Embaixada britânica)», Lisboa, 15 de Setembro de 1956, AHDMNE, 2.º piso, armário 1, maço 478. As autoridades portuguesas não ignoravam que o Egito se recusava liminarmente a reconhecer a associação e, até, a impugná-la na ONU [«Da Legação de Portugal no Cairo para o MNE», telegrama n.º 96, 17 de Setembro de 1956, Loc. cit.].

53 «Apontamento de conversa com Xanthaky (funcionário da Embaixada norte-americana)», Lisboa, 15 de Setembro de 1956, Loc. cit.

54 «Da Embaixada de Portugal em San Sebastián para o MNE», telegrama n.º 44-A, 18 de Setembro de 1956, AHDMNE, 2.º piso, armário 1, maço 478.

55 «Da Legação de Portugal no Cairo para o MNE», telegrama n.º 98, 18 de Setembro de 1956, AHDMNE, 2.º piso, armário 1, maço 478.

56 *Diário da Manhã*, 19 de Setembro de 1956, p. 6.

57 «Da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE», telegrama n.º 301, 22 de Setembro de 1956, AHDMNE, 2.º piso, armário 1, maço 478. O Governo português aprovou oficialmente as resoluções da Segunda Conferência do Suez no dia 27 de Setembro. Mas reservava-se o direito de intervir na elaboração das normais estatutárias da Associação [«Do MNE para a Embaixada de Portugal em Londres», telegrama n.º 56, 27 de Setembro de 1956, Loc. cit.].

58 «Do MNE para a Embaixada de Portugal em Londres», telegrama n.º 260, 28 de Setembro de 1956, Loc. cit. Quase um mês mais tarde, e quando o início da guerra estava por um fio e franceses, britânicos e israelitas negociavam em Sèvres aquilo que se tornaria um célebre protocolo secreto, Paulo Cunha continuava a enviar instruções para Londres no sentido de se evitar qualquer compromisso com a Associação que pusesse em causa a boa relação ainda existente com o Egito. Isto sucedia, em primeiro lugar, por causa do «problema reabastecimento combustíveis líquidos [...]» Sendo a situação tão «grave» só «perante circunstâncias prementes, ainda não verificadas, Governo poderia resolver dar directivas a tais companhias levando-as a deixar de pagar a Egito e incorrendo consequências poderão advir dessa abrupta inversão da prática estabelecida». Para o Governo português uma alteração de posição só se verificaria «perante clara e sólida manifestação solidariedade ocidental que venha a verificar-se exigindo cessação pagamento taxas a Egito; mas não podemos antecipar-nos.» O Governo português não se importava, até preferia, ser o último a declarar a sua devoção por uma instituição que se revelou inútil apesar de ter sobrevivido vários meses à guerra e ter provocado algumas dores de cabeça à diplomacia portuguesa e internacional [«Do MNE para a Embaixada de Portugal em Londres», telegrama n.º 275, 23 de Outubro de 1956, Loc. cit.]. Sobre o acordo e o protocolo de Sèvres, cf. KYLE, Keith – *Suez: Britain's End of Empire in the Middle East*, pp. 316-331 e 343-347.

59 «Da Embaixada de Portugal em Washington para o MNE», telegrama n.º 171, 29 de Setembro de 1956, Loc. cit.

60 «Da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE», ofício n.º 1546, 6 de Outubro de 1956, Loc. cit.

61 «Do MNE para o delegado de Portugal junto da ONU», telegrama n.º 57, 12 de Outubro de 1956, AHDMNE, 2.º piso, armário 1, maço 479.

62 A resolução da Assembleia Geral, proposta por Washington, foi aprovada com 64 votos a favor, cinco contra (Reino Unido, França, Israel, Austrália e Nova Zelândia) e seis abstenções (Bélgica, Canadá, Holanda, Laos, África do Sul e Portugal).

63 «Da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE», telegrama n.º 561, 3 de Novembro de 1956, AHDMNE, 2.º piso, armário 50, maço 93. Paulo Cunha tratou de alertar Garin na ONU para aquela que era total indisponibilidade portuguesa para participar na «força internacional» («Para Delegado de Portugal junto da ONU», telegrama n.º 88, 5 de Novembro de 1956, Loc. cit.).

64 «Da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE», telegrama n.º 368, 3 de Novembro de 1956, Loc. cit.. Documento reproduzido na íntegra em anexo.

65 «Da Embaixada de Portugal em Paris para o MNE», telegrama n.º 260, 8 de Novembro de 1956, Loc. cit.. Num outro telegrama, Marcelo Mathias dava ainda conta das dramáticas repercussões europeias da guerra no Suez (telegrama n.º 263, 9 de Novembro de 1956, Loc. cit.). Documentos reproduzidos na íntegra em anexo.

66 «Do MNE para Delegado Permanente de Portugal junto das Nações Unidas», Loc. cit..

67 Já em meados de Setembro, em conversa com um interlocutor norte-americano, Henrique Queiroz, funcionário do MNE, não escondeu as «preocupações sobre as desastrosas consequências económicas que adviriam se os nossos tiverem de seguir – por esta ou aquela razão – pela rota do Cabo». Naquilo que respeitava ao petróleo «a situação seria» para Portugal «muito grave». O seu interlocutor «pediu-lhe então que lhe» fossem dados «números» sobre as «necessidades» portuguesas de «petróleo, tonelagem dos tanqueiros requerida para o seu transporte e fonte de origem». Os dados, confessou Xanthaky, interessavam ao

Departamento de Estado. O funcionário do MNE, pelo seu lado, fez notar que lhe parecia essencial que os EUA «ajudassem os europeus a fazer frente à grave crise de petróleo que se adivinha» («Apontamento de Conversa com Xanthaky (funcionário da Embaixada norte-americana)», Lisboa, 15 de Setembro de 1956, AHDMNE, 2.º piso, armário 1, maço 478. Sobre a crise petrolífera internacional gerada pelo ataque tripartido ao Suez, c.f. YERGIN, Daniel – *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money, and Power*, pp. 479-498.

68 A «gasolina» aumentou «50 centavos por litro, o petróleo 20, o ‘gas-oil’ 50, 40 e 10 segundo as zonas de distribuição, e o fuel-oil 10 por quilo». As «bombas de gasolina» deviam permanecer «encerradas ao Domingo», eram «proibidas as viagens de automóvel ao estrangeiro e as competições automobilísticas desportivas» [*O Século*, 4 de Dezembro de 1956, p. 1].

69 *Diário das Sessões*, n.º 198, VI Legislatura, 4.ª Sessão Legislativa, sessão de 4 de Abril de 1957, p. 570.

70 «Já em matéria de portos nos deixámos [a Madeira] atrasar cinquenta anos relativamente às vizinhas ilhas Canárias, que tem hoje em Las Palmas e Santa Cruz de Tenerife dois dos mais concorridos portos do Mundo e cuja importância acaba de ser novamente posta à prova com o desvio da navegação do Canal do Suez para as velhas rotas do cabo da Boa Esperança» [*Diário das Sessões*, n.º 183, VI Legislatura, 4.ª Sessão Legislativa, sessão de 28 de Fevereiro de 1957, p. 297].

71 «Da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE», ofício n.º 1886, 4 de Dezembro

de 1956, AHDMNE, 2.º piso, armário 50, maço 93. Documento reproduzido na íntegra em anexo.

72 «Da Legação de Portugal no Cairo para o MNE», telegrama n.º 161, 23 de Dezembro de 1956, AHDMNE, 2.º piso, armário 50, maço 93-A. Documento reproduzido na íntegra em anexo. Os EUA tentaram encontrar uma solução política para o Médio Oriente através do lançamento da chamada «doutrina Eisenhower». Um plano que pretendia moderar os estragos que poderiam causar o crescimento exponencial do nacionalismo árabe inspirado no exemplo de Nasser e contrariar a crescente, embora ainda modesta, influência soviética na região. Cf. YAKUB, Salim – *Containing Arab Nationalism: The Eisenhower Doctrine and the Middle East*, *passim*.

73 «Carta de Oliveira Salazar a Marcelo Mathias», 26 de Outubro de 1956, in MATHIAS, Marcelo – *op. cit.*, p. 355.

74 «Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o *Foreign Office*», despacho n.º 194, 6 de Novembro de 1956, The National Archives, Kew, Richmond, Surrey, UK. FO 371/124 068. Documento reproduzido na íntegra em anexo.

75 SALAZAR, Oliveira – *A Política de África e os Seus Erros. Discurso Pronunciado [...] na Homenagem Prestada pelos Municípios de Moçambique em 30 de Novembro de 1967*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação, 1967, pp. 4-5.

76 «Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado», despacho n.º 574, 26 de Maio de 1959, NA, GRDS, 1955-1959, caixa n.º 3409 [753.00/5-2659].